



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 10040308/2019-DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.300073/2016-10

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço especializado de movimentação de equipamentos periciais sensíveis localizados nos blocos A, C e D do Instituto Nacional de Criminalística para o novo anexo contíguo, bloco F, em Brasília-DF.

1.2. O ANEXO A apresenta a lista os equipamentos que serão movimentados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO BR	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR <i>TOTAL ESTIMADO</i>
1	Movimentação dos Equipamentos Periciais da DITEC/PF nos termos desse Projeto Básico.	2525-9	Serviço	1	

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 3 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com a construção do bloco F, a Diretoria Técnico-Científica ampliará sua estrutura física com ambientes mais modernos e voltados para a difusão do conhecimento forense entre as unidades periciais federais e estaduais do Brasil.

2.2. Além de promover a ocupação do novo bloco, pretende-se que os espaços anteriormente

ocupados sejam remodelados/reformados para permitir o melhor aproveitamento pelos setores administrativos;

2.3. Dessa forma, os equipamentos periciais deverão ser movimentados para o novo bloco recém construído com a segurança operacional necessária para garantir a integridade dos equipamentos, no menor tempo possível, causando o menor impacto às atividades periciais correlatas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de movimentação segura dos equipamentos periciais das atuais dependências do Instituto Nacional de Criminalística para o novo prédio contíguo – Bloco F, ambos situados no complexo da Polícia Federal existente no Setor de Áreas Isoladas Sul, Quadra 7 (Setor Policial Sul), no Distrito Federal.

3.2. O ANEXO A apresenta a lista dos equipamentos, com descrição, peso e valores estimados para os bens.

3.3. Para a execução dos serviços deverá ser fornecido pela empresa CONTRATADA todo o material necessário para o devido acondicionamento e transporte dos equipamentos, tais como cobertores, plástico bolhas, caixa de papelão, fitas adesivas, etiquetas, sacos plásticos, isopor, carrinhos para transporte de carga em geral com pneu, veículos, dentre outros necessários.

3.4. Deverá ser fornecida mão de obra especializada para embalar, encaixotar, bem como transportar para o destino.

3.5. Os equipamentos a serem transportados deverão ser segurados contra furtos, roubos e danos, conforme valores expressos no Anexo A.

3.6. A desinstalação, instalação e ativação dos equipamentos periciais serão realizadas exclusivamente pela CONTRATANTE ou pelas empresas responsáveis pela manutenção dos equipamentos, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA apenas a embalagem, identificação, transporte e desembalagem no sítio de destino.

3.7. Todo o material utilizado na mudança, como as caixas de papelão, fitas, plásticos bolha, entre outros, deverá ser recolhido pela CONTRATADA ao final de cada etapa da mudança, observada a Cláusula 5 deste instrumento, que trata dos critérios e práticas de sustentabilidade.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A Contratação para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico encontra amparo no Decreto n.º 2.271, de 07 de julho de 1997, disciplinado pela Instrução Normativa n.º 02, de 30/04/2008 – SLTI/MPOG

constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão contratante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução do objeto, observando, no que for cabível, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas

contratações realizadas pela administração pública federal.

5.2. Declaração da CONTRATADA de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto será feita em fases, a saber: planejamento, preparação, execução e fechamento.

6.2. FASE DE PLANEJAMENTO

6.2.1. A fase de planejamento se inicia após a assinatura do contrato e a sua principal função é garantir a integridade dos equipamentos durante a prestação do serviço.

6.2.2. O planejamento se materializará nos chamados “Documentos de Planejamento”, descritos a seguir:

6.2.2.1. Listagem de Pessoal

6.2.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Listagem do nome, identidade, cpf, formação acadêmica, experiência profissional e função de cada uma das pessoas que serão usadas pela CONTRATADA, durante o cumprimento do contrato.

6.2.2.3. A CONTRATANTE poderá realizar investigação social sobre as pessoas indicadas, a fim de resguardar sua segurança interna.

6.2.2.4. A CONTRATANTE se reserva o direito de determinar a substituição das pessoas listadas pela CONTRATADA, mediante justificativa plausível e por escrito, caso considere que tais pessoas representem risco para a organização ou para o projeto.

6.2.2.5. Estudo do Sítio de Origem

6.2.2.6. Registro minucioso dos aspectos relevantes do estado dos equipamentos existentes em cada uma das salas de origem do Instituto Nacional de Criminalística. O registro deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

6.2.2.7. Croqui da sala em que o equipamento se encontra;

6.2.2.8. Inventário de equipamentos contendo patrimônio, número sequencial, nome simbólico, fabricante/marca/modelo, número de série, características visíveis identificadoras e estado de conservação;

6.2.2.9. Relação de medidas (peso e tamanho) dos equipamentos a serem transportados;

6.2.2.10. Levantamento de estado físico dos equipamentos (detecção de avarias);

6.2.2.11. Levantamento fotográfico (catalogação e detecção de avarias).

6.2.2.12. Outras informações consideradas relevantes para que a movimentação dos equipamentos seja bem sucedida.

6.2.2.13. Estudo do Sítio de Destino – Salas do Bloco F

6.2.2.14. O registro deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

6.2.2.15. Croqui da sala de destino de cada equipamento a ser transportado

6.2.3. Plano de Execução

6.2.3.1. Registro dos recursos e ações necessárias para que o objetivo da contratação seja alcançado.

6.2.3.2. O Plano de Execução deverá conter, pelo menos, as seguintes informações;

6.2.3.3. Cronograma de atividades a serem realizadas antes, durante e após a FASE DE EXECUÇÃO (incluindo responsáveis e estimativas de duração, de cada tarefa);

6.2.3.4. Listagem dos recursos humanos e materiais necessários antes, durante e após a FASE DE EXECUÇÃO (incluindo responsáveis por providenciar cada recurso);

6.2.3.5. Intervenções necessárias no ambiente de origem (como desmontagens, remontagens,

remoções, de portas, divisórias, mobiliário, dentre outros);

6.2.3.6. Intervenções necessárias no ambiente de destino (como desmontagens, remontagens, remoções, de portas, divisórias, mobiliário, dentre outros);

6.2.4. Análise de Risco

6.2.4.1. A Análise de Risco deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

6.2.4.2. Listagem e análise dos riscos inerentes à execução do objeto (probabilidade de ocorrência, impacto esperado);

6.2.4.3. Planejamento das respostas à concretização de cada risco identificado (incluindo recursos materiais e humanos necessários);

6.2.4.4. Durante a elaboração dos documentos de planejamento, a CONTRATADA não realizará qualquer modificação nos ambientes de origem e destino, sem a expressa autorização da CONTRATANTE;

6.2.4.5. Contratação por parte da CONTRATADA de apólice de seguro para os equipamentos a serem transportados, incluindo furto, roubo e danos.

6.3. FASE DE PREPARAÇÃO

6.3.1. A fase de preparação se inicia após a aprovação, por parte da CONTRATANTE, dos documentos elaborados na fase de planejamento;

6.3.2. Durante essa fase, as partes deverão tomar todas as providências previstas e acordadas nos documentos de planejamento, para que a fase de execução ocorra da melhor maneira possível;

6.4. FASE DE EXECUÇÃO

6.4.1. A execução só se iniciará com a aprovação da CONTRATANTE e depois que as atividades preparatórias necessárias estiverem todas concluídas com êxito;

6.4.2. Se, por um motivo qualquer, alguma das atividades preparatórias não puder ser executada tempestivamente, caberá à CONTRATANTE, exclusivamente, decidir pela continuação da prestação do serviço.

6.4.3. A execução da movimentação ocorrerá em conformidade com o Plano de Execução e será agendada de forma a minimizar o impacto nas atividades dependentes dos equipamentos a serem movimentados, podendo inclusive optar por dia não útil.

6.4.4. A FASE DE EXECUÇÃO deverá ser acompanhada, pessoalmente, pelo Gestor e pelos fiscais do contrato;

6.4.5. Durante a Fase de Execução a CONTRATADA realizará, pelo menos, as seguintes atividades:

6.4.5.1. Participar, na condição de observador, do processo de desinstalação/desmontagem e montagem/reinstalação dos equipamentos, caso necessário;

6.4.5.2. A desinstalação/desmontagem, bem como a montagem/reinstalação dos equipamentos deverão ser executados pela CONTRATANTE (ou pessoa por ela indicada), na presença da CONTRATADA, e consiste em mostrar que os equipamentos estão funcionando, perfeitamente, mesmo depois de ser desligado e religado.

6.4.6. Acondicionar e etiquetar, de forma apropriada, a critério da CONTRATANTE, os equipamentos a serem transportados;

6.4.6.1. O acondicionamento de equipamentos a transportar deverá ser feito com o cuidado necessário para minimizar as chances de que se danifiquem durante a movimentação;

6.4.7. Realizar o transporte dos equipamentos, utilizando-se de meios apropriados e seguros, resguardando a integridade dos mesmos e as instalações da CONTRATANTE.

6.4.8. Desembalar e conferir os equipamentos transportados, a fim de garantir que nada tenha sido extraviado;

6.4.9. A CONTRATADA deverá cuidar de remover das dependências de origem e destino, todo lixo gerado na prestação do serviço;

6.4.10. A CONTRATADA poderá acompanhar a montagem e reinstalação dos equipamentos movimentados, de forma a aferir a sua integridade;

6.4.11. A Fase de Execução só se encerrará depois que todas as atividades previstas no Plano de Execução tiverem sido realizadas com êxito e, sobretudo, depois que todos os equipamentos periciais movimentados estiverem integralmente funcionando;

6.5. FASE DE FECHAMENTO

6.5.1. Durante essa fase, a CONTRATADA produzirá/atualizará a documentação técnica referente aos ambientes de origem e destino e, sobretudo, dos equipamentos movimentados.

6.5.2. A documentação a ser entregue deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

6.5.2.1. Histórico de eventos significativos ocorridos durante o cumprimento do contrato;

6.5.2.2. Esse histórico deve conter, dentre outros, o registro de eventos como acidentes, avarias em equipamentos, equipamentos substituídos ou reparados, intervenções necessárias, adaptações feitas a pedido do CONTRATANTE, outros de interesse da Administração ou da CONTRATADA, mediante aprovação da CONTRATANTE;

6.5.2.3. Levantamento fotográfico minucioso dos ambientes de origem e destino (antes e depois da movimentação);

6.5.2.4. Listagem dos equipamentos presentes nos dois ambientes (antes e depois da movimentação);

6.5.3. Esta fase se encerra, formalmente, com a emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, nos termos da cláusula 18.1.

7. DOS PRAZOS

7.1. O cumprimento do contrato estará sujeito aos seguintes prazos:

7.2. A CONTRATADA deverá indicar o preposto da empresa, no ato de assinatura do contrato;

7.3. A CONTRATADA deverá apresentar a equipe que trabalhará na fase de planejamento, em até 10 dias, após a assinatura do contrato;

7.4. A CONTRATADA deverá apresentar os Documentos de Planejamento em até 30 dias, após a assinatura do contrato;

7.5. Desde que apresente justificativa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá adiar em 30 dias, a data para apresentação dos documentos de planejamento;

7.6. A CONTRATANTE terá 30 dias para aprovar ou rejeitar, mediante justificativa, os documentos de planejamento entregues pela CONTRATADA;

7.7. Rejeitada a primeira versão dos documentos de planejamento, a CONTRATADA terá mais 15 dias para rever os documentos, sob pena de ter o contrato rescindido unilateralmente, por parte da CONTRATANTE, sem ônus para União e sem prejuízo para aplicações de multas e outras sanções previstas na Lei e neste documento.

7.8. A CONTRATANTE terá outros 30 dias para, mediante justificativa, aprovar ou rejeitar a segunda versão dos documentos de planejamento entregues pela CONTRATADA.

7.9. Uma segunda recusa dos documentos de planejamento será considerado sinal de incapacidade técnica da CONTRATADA e ensejará a rescisão unilateral do contrato, por parte da CONTRATANTE, sem ônus para União e sem prejuízo para aplicações de multas e outras sanções previstas na Lei e neste documento.

7.10. As partes terão que realizar as atividades preparatórias (FASE DE PREPARAÇÃO) previstas nos documentos de planejamento, dentro dos prazos determinados pela CONTRATANTE, no momento da aprovação dos documentos de planejamento.

7.11. A CONTRATADA terá até 30 dias, a partir da data de aprovação dos documentos de planejamento, para realizar as atividades preparatórias sob sua responsabilidade.

7.12. A CONTRATANTE deverá marcar o início da fase de execução para até 60 dias, após a conclusão de todas as atividades preparatórias, previstas nos documentos de planejamento e a cargo da

CONTRATADA.

7.13. As atividades da fase de execução devem ser realizadas em até 72 horas, contadas a partir do início da fase de execução.

7.14. Esse prazo poderá ser prorrogado, por tempo pré-determinado, quantas vezes forem necessárias, sempre a critério da CONTRATANTE, caso surja alguma dificuldade técnica que impeça a conclusão do trabalho de movimentação do sistema.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas, tais como: tipo de material a ser transportado; acesso aos endereços (sítios) de origem e destino de cada equipamento; fornecimento de layouts e quaisquer outras que se fizerem necessárias à perfeita execução do serviço;

8.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4. Contratar APÓLICE de SEGURO contra furtos, roubos e danos dos equipamentos listados no Anexo A.
- 9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6. Fornecer caixas – papelão, madeira ou plástica (marfinita) – adequadas e suficientes ao transporte, conforme as características dos bens, bem como plástico polibolha, papelão ondulado, sacos plásticos, cobertores e demais materiais necessários ao perfeito acondicionamento das cargas.
- 9.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, no prazo determinado.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.17. Em caso de dano ou extravio de algum item pertencente aos sítios de origem e/ou destino, apresentar PLANO DE REPARO em até 24 horas, após a ocorrência do fato.
- 9.18. O PLANO DE REPARO deve conter a especificação completa do item danificado/extraviado, o procedimento a ser realizado, o nome e telefone do responsável pela execução do procedimento, o nome e telefone de fornecedores de serviços, peças e insumos necessários para concretizar a manutenção, o prazo para a solução completa do problema e outras informações relevantes, a critério da CONTRATANTE.
- 9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição

de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.26. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.26.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.26.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. A CONTRATADA estará autorizada a subcontratar os seguintes serviços:

10.1.1. Eventual manutenção de equipamentos danificados durante a movimentação;

10.1.2. Criação de cronogramas, mapas, plantas, desenhos, croquis e imagens;

10.1.3. Apólice de seguro dos bens a serem transportados.

10.2. Os funcionários de empresas subcontratadas estarão sob a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA e, para todos os efeitos, inclusive de responsabilização por quaisquer atos indevidos eventualmente praticados, receberão o mesmo tratamento e controle recebido pelos funcionários próprios da CONTRATADA;

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

11.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade

pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

11.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições

técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

12.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

12.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.3.1.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

12.3.1.5. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.3.1.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.3.1.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

12.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada

pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

12.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.4.1. o prazo de validade;

13.4.2. a data da emissão;

13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.4.4. o período de prestação dos serviços;

13.4.5. o valor a pagar; e

13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.6.1. não produziu os resultados acordados;

13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de regularidade.

13.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

13.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

13.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

14. REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, sendo suficiente a demonstração da Apólice de seguro dos bens a serem movimentados.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 16.1.5. cometer fraude fiscal.
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 16.2.2. **Multa de:**
 - 16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - 16.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 - 16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - 16.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Projeto Básico.
 - 16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$17.350,00 (dezesete mil trezentos e cinquenta reais)**.

17.2. Tal valor foi obtido a partir da pesquisa de mercado disponível nos autos do processo em referência, já contemplado todas as despesas com materiais, serviços e seguro.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A presente despesa tem adequação orçamentária e financeira à Lei Orçamentária Anual e é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

18.2. Existe crédito orçamentário para a contratação no E.D. 339039.99.

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2019.

ANEXO

ANEXO A - LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS PERICIAIS A SEREM MOVIMENTADOS POR SETOR

ITEM ÚNICO				
Descrição do Equipamento	Quantidade	Setor Responsável	Peso Estimado (unitário)	Valor Estimado (unitário)
VSC 6000	02	SEPDOC	60kg	R\$ 200.000,00
VSC 5000	01	SEPDOC	60Kg	R\$ 100.000,00
Regula 4307	01	SEPDOC	60kg	R\$ 200.000,00
Estereomicroscópio Leica M205C	02	SEPDOC	20Kg	R\$ 50.000,00
Estereomicroscópio Leica Z6APO	01	SEPDOC	20Kg	R\$ 10.000,00
Estereomicroscópio WILD	01	SEPDOC	30Kg	R\$ 5.000,00

Foram 685	01	SEPDOC	30Kg	R\$ 100.000,00
ESDA2	02	SEPDOC	30Kg	R\$ 30.000,00
Mesa reproestativa KAISER	01	SEPDOC	70Kg	R\$ 5.000,00
Reproestativa CAMAG	01	SEPDOC	40Kg	R\$ 1.000,00
Espessímetro WOLF	01	SEPDOC	30Kg	R\$ 2.000,00

Observações:

- Acompanha cada VSC e o Regula um microcomputador e um monitor de 32 polegadas (21' para o VSC5000);
- Acompanha cada ESDA uma câmara umidificadora medindo 38 X 50 X 20 cm, com peso estimado de 10 Kg;
- Para o transporte da mesa reproestativa KAISER será necessário desmontar uma coluna que mede 150 X 13 X 11cm, afixada na mesa com parafusos.

Separador por barreira magnética Frantz	01	APMA	150kg	R\$63.800,00
Prensa hidráulica Marconi	01	APMA	200kg	R\$54.000,00
Difratômetro D2 Phaser	01	APMA	100kg	R\$282.000,00
Fluorescência de Raios X Bruker	01	APMA	102kg	R\$260.000,00
Moinho com almofariz	01	APMA	80kg	R\$68.000,00
Cofre concretado	03	APMA	250kg	R\$2.500,00

Ultra Freezer Indrel	01	APGEF	350kg	R\$30.000,00
Autoclave Phoenix	01	APGEF	160kg	R\$15.000,00
Estufa de secagem Biopar	01	APGEF	100kg	R\$2.500,00
Ultrapurificador de água Milipore	01	APGEF	40kg	R\$100.000,00
Centrífuga para microtubos Eppendorf	01	APGEF	7kg	R\$30.000,00
Centrífuga Eppendorf	02	APGEF	20kg	R\$50.000,00
Moinho criogênico FreezerMill	02	APGEF	10kg	R\$80.000,00
Moinho de Bolas	02	APGEF	20kg	R\$80.000,00
Incubador seco com agitação TermoMixer	04	APGEF	5kg	R\$50.000,00
Centrifuga refrigerada Eppendorf	01	APGEF	30kg	R\$20.000,00
Centrífuga para microtubos Novatécnica	02	APGEF	7kg	R\$9.000,00
Plataforma automática de extração de DNA AutoMate Express	01	APGEF	40kg	R\$50.000,00
Plataforma automática de extração de DNA Biomek	01	APGEF	90kg	R\$150.000,00
Compressor de ar	01	APGEF	25kg	R\$1.100,00

Fluxo Laminar Vertical Bioflux	03	APGEF	200kg	R\$10.000,00
Fluxo Laminar Vertical Buzattos	01	APGEF	300kg	R\$5.000,00
Analizador genético Illumina	01	APGEF	80kg	R\$600.000,00
Sistema de PCR em Tempo Real Applied Biosystems	02	APGEF	20kg	R\$60.000,00
Sistema de PCR em Tempo Real Bio-Rad	01	APGEF	20kg	R\$20.000,00
Analizador genético Applied Biosystems 3500	02	APGEF	100kg	R\$650.000,00
Analizador genético Applied Biosystems 3130	01	APGEF	130kg	R\$200.000,00
Centrífuga refrigerada Thermo	01	APGEF	80kg	R\$25.000,00
No-break 10.000kva	01	APGEF	100kg	R\$7.500,00
Plataforma automatizada Qiagility	01	APGEF	130kg	R\$130.000,00
Picotador semiautomático CPA 200	01	APGEF	140kg	165.000,00
Cromatógrafo Líquido acoplado com Espectômetro de Massas - LC/Q-TOF	01	SEPLAB	220kg+95kg	R\$2.100.000,00

Plasma Indutivamente acoplado com Espectômetro de massas	01	SEPLAB	175kg	R\$720.000,00
--	----	--------	-------	---------------



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUILHERME BARROS COCENTINO, Chefe de Divisão - Substituto(a)**, em 22/02/2019, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Diretor - Substituto(a)**, em 27/02/2019, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10040308** e o código CRC **5D6E4EA4**.